REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

A INSERÇÃO DA LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO LINGUÍSTICA DE ESTUDANTES SURDOS

THE INCLUSION OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) IN ELEMENTARY EDUCATION: PATHWAYS TO THE LINGUISTIC INCLUSION OF DEAF STUDENTS

LA INCLUSIÓN DE LA LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA (LIBRAS) EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA: CAMINOS HACIA LA INCLUSIÓN LINGÜÍSTICA DE ESTUDIANTES SORDOS

Júlio César de Souza

Doutor em Educação pela UFES. Mestre em História pela UFU. Graduado em História e em Pedagogia pela UNIUBE. Pedagogo no IFMG campus Ipatinga, Brasil. E-mail: julio.souza@ifmg.edu.br

Gustavo Alberto Rosário Nascimento

[1] [2] Graduado em Letras/Português pela UFLA, com formação em Educação Especial pela UniCV. Docente na área de Educação Especial na SEE-MG, Brasil E-mail: gustavorosarioeducacao@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Ensino Fundamental como instrumento de promoção da inclusão linguística de estudantes surdos. A pesquisa é de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica e documental, discutindo os avanços legais e pedagógicos no reconhecimento da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda e sua implementação nas escolas. Identificam-se desafios, como a formação de professores, a presença de intérpretes e a adaptação curricular, além das potencialidades da educação bilíngue. Conclui-se que a efetiva inclusão linguística exige políticas públicas comprometidas, formação continuada dos profissionais e valorização da identidade surda no espaço escolar.
Palavras-chave: LIBRAS; Inclusão; Educação Bilíngue; Estudantes Surdos.

Abstract

This article aims to analyze the inclusion of Brazilian Sign Language (LIBRAS) in Elementary Education as an instrument for promoting the linguistic inclusion of deaf

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

students. The research is qualitative in nature, based on bibliographic and documentary review, discussing the legal and pedagogical advances in the recognition of LIBRAS as the official language of the deaf community and its implementation in schools. Challenges are identified, such as teacher training, the presence of interpreters, and curricular adaptation, in addition to the potential of bilingual education. It concludes that effective linguistic inclusion requires committed public policies, continuing professional development, and the valuing of deaf identity in the school environment.

Keywords: LIBRAS; Inclusion; Bilingual Education; Deaf Students.

Resumen

Este artículo analiza la inclusión de la Lengua de Señas Brasileña (LIBRAS) en la Educación Primaria como instrumento para promover la inclusión lingüística del alumnado sordo. La investigación, de carácter cualitativo y basada en una revisión bibliográfica y documental, analiza los avances legales y pedagógicos en el reconocimiento de LIBRAS como lengua oficial de la comunidad sorda y su implementación en las escuelas. Se identifican desafíos como la formación docente, la presencia de intérpretes y la adaptación curricular, además del potencial de la educación bilingüe. Se concluye que una inclusión lingüística efectiva requiere políticas públicas comprometidas, desarrollo profesional continuo y la valoración de la identidad sorda en el entorno escolar.

Palabras clave: LIBRAS; Inclusión; Educación Bilingüe; Alumnado Sordo.

1. Introdução

A inclusão escolar de estudantes surdos tem sido tema de debates e políticas públicas no Brasil nas últimas décadas. Hoje enfrenta um duplo desafio: garantir acesso ao ensino e assegurar qualidade através da LIBRAS como primeira língua. Desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002 e seu decreto regulamentador (Decreto nº 5.626/2005), tem-se debatido o conceito de escola bilíngue. Contudo, a efetivação dessa proposta requer ir além do plano legal, abarcar fatores pedagógicos, culturais e institucionais. Com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, por meio da Lei nº 10.436/2002, abriu-se um novo horizonte para práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas no Ensino Fundamental. Essa conquista foi resultado de décadas de luta do movimento surdo por reconhecimento linguístico e educacional. De acordo com o Censo Escolar de 2023, há mais de 27 mil estudantes surdos matriculados na educação básica no Brasil, evidenciando a necessidade urgente de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem sua identidade linguística e cultural.
Este artigo busca refletir sobre os caminhos possíveis para a efetiva inserção da LIBRAS no Ensino Fundamental, compreendendo-a como ferramenta essencial para garantir a inclusão linguística e o direito à educação de qualidade para estudantes surdos. Parte-se da compreensão de que a inclusão não se resume à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

presença física na escola, mas envolve a construção de ambientes que respeitem e valorizem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

2. Revisão da Literatura

A inclusão de estudantes surdos no Ensino Fundamental exige mais do que sua simples matrícula em escolas regulares. É necessário que a escola se adapte às suas necessidades linguísticas, pedagógicas e culturais, reconhecendo a LIBRAS como meio legítimo de acesso ao currículo e à aprendizagem. A seguir, são discutidos os principais elementos que compõem essa inserção: a formação docente, a presença de intérpretes, a estruturação de uma pedagogia bilíngue e a valorização da cultura surda no ambiente escolar.

3.1 Formação de professores para a educação bilíngue

Um dos principais obstáculos para a inserção efetiva da LIBRAS nas escolas é a ausência de formação adequada dos professores. Embora a Lei nº 10.436/2002 reconheça a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas, e o Decreto nº 5.626/2005 estabeleça a obrigatoriedade da inclusão da LIBRAS nos cursos de formação docente e a preparação de professores bilíngues para atender estudantes surdos, na prática, essas determinações ainda enfrentam grandes desafios para serem plenamente implementadas.

Nas instituições de ensino superior, a presença da LIBRAS nos currículos das licenciaturas é muitas vezes tratada como um componente isolado, de carga horária reduzida, e sem a devida articulação com a prática pedagógica. Como resultado, muitos professores chegam à sala de aula sem domínio da língua de sinais e sem qualquer preparo para lidar com a especificidade linguística e cultural dos alunos surdos. Essa lacuna compromete não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a construção de vínculos afetivos e de confiança entre docente e discente, fundamentais para o desenvolvimento educacional de qualquer estudante.

Segundo Perlin (2010), a ausência de uma formação específica e crítica voltada à educação de surdos favorece práticas excludentes, nas quais o aluno surdo é tratado como um sujeito à parte, marginalizado dentro do espaço escolar e muitas vezes reduzido à dependência exclusiva do intérprete. Esse cenário revela que a figura do intérprete, embora essencial, não pode ser considerada uma solução única e suficiente para os desafios da inclusão. O professor precisa ser corresponsável pela mediação do conhecimento, utilizando estratégias acessíveis e respeitando as singularidades dos seus alunos.

Além disso, observa-se que a formação continuada dos professores em serviço raramente contempla a perspectiva bilíngue de forma profunda. Quando cursos de capacitação em LIBRAS são oferecidos, costumam ser breves, descontextualizados e centrados apenas no aprendizado básico da língua, sem abordar questões culturais, identitárias e pedagógicas ligadas à surdez. Isso

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

contribui para uma visão superficial da inclusão, baseada apenas na presença física do estudante, e não na sua plena participação nos processos educativos.
Torna-se urgente repensar os currículos das licenciaturas, integrando a LIBRAS e a educação bilíngue de maneira transversal e interdisciplinar. É necessário garantir uma formação docente que contemple aspectos linguísticos, culturais e pedagógicos da surdez, promovendo o desenvolvimento de competências profissionais voltadas à diversidade. O professor precisa ser formado como um agente crítico, capaz de refletir sobre suas práticas e de construir ambientes de aprendizagem inclusivos, equitativos e culturalmente sensíveis.

3.2 A presença e o papel dos intérpretes de LIBRAS

A atuação do profissional intérprete de LIBRAS é indispensável para garantir o acesso ao conteúdo escolar em contextos em que o professor não domina a língua de sinais. No entanto, é preciso reconhecer que o intérprete não substitui o papel do professor, tampouco resolve, sozinho, os problemas de inclusão.
Muitos intérpretes atuam em múltiplas turmas, com excesso de carga horária e sem o planejamento prévio com os professores. Além disso, a falta de regulamentação clara de sua atuação em algumas redes de ensino compromete a qualidade do serviço prestado.
Segundo Quadros (2006), o intérprete deve ser parceiro do professor no processo pedagógico, mas sua presença não isenta a escola da responsabilidade de implementar práticas bilíngues e formativas. A mediação linguística precisa estar inserida em um projeto pedagógico que reconheça a LIBRAS como língua de instrução e comunicação.

3.3 Currículo, materiais didáticos e práticas pedagógicas bilíngues

Outro desafio é a adaptação curricular e a produção de materiais didáticos acessíveis em LIBRAS. A maioria dos conteúdos escolares está estruturada com base na oralidade e na escrita do português, o que dificulta a compreensão por parte dos estudantes surdos, principalmente quando não há mediação linguística adequada.
A pedagogia bilíngue propõe o ensino de conteúdo a partir da LIBRAS como língua de instrução, utilizando vídeos, recursos visuais, narrativas sinalizadas e estratégias que valorizem a experiência visual do estudante surdo. Segundo Strobel (2008), essa abordagem respeita o modo de aprendizagem visual-espacial, contribuindo para a construção de significados e para o desenvolvimento cognitivo.
Algumas escolas bilíngues, especialmente em centros urbanos, já desenvolvem projetos que utilizam plataformas digitais com vídeos em LIBRAS, histórias infantis sinalizadas e atividades colaborativas entre surdos e ouvintes. Contudo, essas iniciativas ainda são pontuais e carecem de políticas públicas que incentivem sua ampliação e sistematização em todo o país.
Além da escassez de materiais acessíveis, outro aspecto preocupante é a padronização dos currículos escolares, que muitas vezes ignora as necessidades específicas dos estudantes surdos. Os conteúdos são pensados majoritariamente para alunos ouvintes, com ênfase na oralidade e na compreensão auditiva, o que impõe barreiras significativas àqueles que se comunicam prioritariamente por meio

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

da língua de sinais. Quando o currículo não contempla estratégias diferenciadas de ensino, o estudante surdo é forçado a adaptar-se a uma lógica de aprendizagem que não corresponde à sua realidade linguística e cultural, o que pode comprometer sua autoestima, participação e desempenho acadêmico.

Nesse sentido, a proposta da pedagogia bilíngue não é apenas uma adaptação didática, mas uma reconfiguração epistemológica do ensino. Ela parte do reconhecimento da LIBRAS como primeira língua do sujeito surdo, e da Língua Portuguesa como segunda língua, a ser adquirida preferencialmente na modalidade escrita. Essa concepção implica o respeito às singularidades da experiência surda e exige que os materiais didáticos sejam elaborados considerando a visualidade como base do processo de aprendizagem. Vídeos sinalizados, animações educativas, jogos visuais, atividades interativas e recursos tecnológicos acessíveis são ferramentas fundamentais nesse processo.

Contudo, a produção desses materiais ainda enfrenta grandes entraves estruturais e financeiros. Há uma carência de profissionais qualificados, como tradutores-intérpretes de LIBRAS e educadores bilíngues especializados, para colaborar na elaboração de conteúdos que sejam pedagogicamente relevantes e linguisticamente adequados. Além disso, muitos professores da educação básica não possuem formação específica para desenvolver ou adaptar materiais que atendam às demandas dos alunos surdos, o que reforça a urgência de investimentos em formação continuada com foco na educação bilíngue.

A ausência de uma política pública nacional consistente voltada à produção e distribuição de materiais didáticos acessíveis contribui para a desigualdade educacional vivida por esses estudantes. Embora existam algumas iniciativas isoladas, como projetos de extensão em universidades e parcerias com instituições de apoio à comunidade surda, essas ações não são suficientes para atender à ampla demanda existente nas escolas públicas, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Outro ponto relevante é a necessidade de garantir que esses materiais respeitem não apenas a dimensão linguística, mas também a dimensão cultural da surdez. A inclusão de conteúdos que valorizem a história, a identidade e os valores da comunidade surda é essencial para promover uma educação que se construa a partir da diversidade, e não em oposição a ela. Os estudantes surdos precisam se ver representados nos livros, vídeos e atividades escolares — não apenas como figuras passivas, mas como sujeitos históricos, criativos e protagonistas de sua própria aprendizagem.

É urgente que o Estado assuma a responsabilidade de implementar políticas estruturantes que assegurem não apenas o acesso dos estudantes surdos à escola, mas também à aprendizagem em condições de equidade. Isso envolve garantir recursos pedagógicos adequados, incentivar a formação de professores bilíngues, apoiar financeiramente a produção de materiais em LIBRAS e fomentar pesquisas na área da educação de surdos. Sem essas ações articuladas, a inclusão corre o risco de se tornar meramente formal, sem efeitos concretos sobre a qualidade do ensino oferecido.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa, inevitavelmente, pela valorização da diferença como parte constitutiva do processo educativo. A

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

LIBRAS, enquanto expressão da identidade e da cultura surda, deve ocupar um lugar central na formulação de políticas curriculares, na produção de materiais didáticos e na prática docente. Apenas assim será possível garantir uma educação de qualidade que respeite a pluralidade linguística e promova o direito de aprender de todos os estudantes, em especial daqueles que historicamente foram excluídos do pleno exercício da cidadania.

3.4 Cultura surda e convivência inclusiva

A cultura surda é rica em tradições, valores, formas de expressão e uma história que remete a lutas por direitos e reconhecimento. Essa cultura se estrutura a partir da língua de sinais, que é o principal elemento de identidade coletiva da comunidade surda. Entender a surdez como cultura é reconhecer que os surdos têm uma maneira própria de ver o mundo, de se relacionar e de se expressar, que não deve ser subordinada ou apagada por modelos exclusivamente orais. A escola, nesse sentido, deve se posicionar como espaço de acolhimento e valorização dessas diferenças, promovendo uma convivência que amplie os horizontes culturais de todos os seus membros.

A valorização da cultura surda no ambiente escolar implica, também, o reconhecimento da importância da socialização entre surdos. Muitas vezes, estudantes surdos isolados em turmas majoritariamente ouvintes podem sentir-se alienados ou desmotivados. A presença de grupos, clubes ou momentos específicos de interação entre surdos dentro da escola favorece a construção de uma identidade positiva e fortalece o sentimento de pertencimento. Além disso, essa socialização contribui para a preservação e transmissão de saberes tradicionais e valores culturais, fundamentais para a continuidade da cultura surda.

Outro ponto fundamental está ligado à representatividade. A presença de professores surdos e profissionais que compartilhem essa identidade cultural enriquece o ambiente escolar, pois traz para o cotidiano educativo modelos de referência para os estudantes surdos. Esses profissionais atuam como mediadores culturais e linguísticos, facilitando a comunicação e a compreensão mútua entre surdos e ouvintes. Além disso, a valorização do conhecimento produzido pela comunidade surda, como literatura, arte e história, deve estar presente no currículo, fortalecendo o respeito e a admiração pela diversidade cultural.

A escola inclusiva, portanto, deve ir além da simples adaptação curricular ou da oferta de intérpretes. Deve promover uma verdadeira transformação cultural, que envolva toda a comunidade escolar na construção de um ambiente plural, onde a cultura surda não seja vista como exceção, mas como parte integrante da diversidade humana. Essa transformação é essencial para que a inclusão seja real e significativa, garantindo que todos os estudantes tenham o direito de aprender e se desenvolver em um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

A efetiva inserção da LIBRAS no Ensino Fundamental também depende da valorização da cultura surda no ambiente escolar. Isso implica reconhecer a surdez não como ausência, mas como identidade cultural que enriquece o espaço educativo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

Segundo Skliar (1998), é necessário superar a lógica integracionista, que busca "normalizar" o estudante surdo, e adotar uma postura ética de reconhecimento da alteridade. A inclusão se concretiza quando a diferença deixa de ser vista como obstáculo e passa a ser entendida como parte legítima da experiência humana.

A afirmação de Skliar (1998) traz uma reflexão fundamental sobre a inclusão de estudantes surdos — e, mais amplamente, sobre o conceito de inclusão em si. Superar a lógica integracionista significa abandonar a ideia de que o estudante surdo precisa se adequar aos padrões da maioria ou ser "normalizado" para que possa participar do ambiente escolar. Essa perspectiva é limitada e excludente, pois coloca o foco na deficiência como um problema a ser corrigido, em vez de valorizar a diversidade como um elemento constitutivo do espaço educativo.

Adotar uma postura ética de reconhecimento da alteridade, implica aceitar que cada sujeito tem sua própria forma de ser, comunicar e aprender — e que essas diferenças devem ser respeitadas e acolhidas como legítimas. A inclusão verdadeira não é apenas física (estar na sala de aula), mas simbólica, linguística, cultural e pedagógica.

3.5 Avaliação e políticas públicas: limites e possibilidades

O sucesso da inserção da LIBRAS no Ensino Fundamental também está condicionado à existência de políticas públicas consistentes e mecanismos de avaliação que considerem as especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

Avaliações padronizadas, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), não contemplam adequadamente esses estudantes, desconsiderando seu percurso bilíngue e suas formas particulares de expressão. Da mesma forma, muitas redes de ensino ainda não têm políticas específicas para contratação de intérpretes, formação de professores ou criação de escolas bilíngues. Contudo, há avanços. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por exemplo, tem começado a incluir versões acessíveis em LIBRAS, e o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para a formação de professores em educação bilíngue. A efetivação dessas políticas, porém, depende de vontade política, financiamento público e diálogo com a comunidade surda.

3. Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase em pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa é adequada quando se busca compreender fenômenos sociais e educacionais a partir da análise interpretativa, considerando os contextos e significados atribuídos pelos sujeitos e pela sociedade.

A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2010), baseia-se na análise de obras publicadas — como livros, artigos científicos, dissertações, legislações e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

documentos oficiais — e visa compreender a produção de conhecimento já consolidada sobre determinado tema. Neste trabalho, foram utilizados como principais objetos de análise a legislação brasileira referente à inclusão da pessoa surda e à LIBRAS, além de publicações acadêmicas nas áreas de educação, linguística e estudos surdos.

A seleção do material foi feita com base em critérios de relevância acadêmica, atualidade e coerência com os objetivos propostos. Foram priorizados autores reconhecidos na área, como Quadros (2006), Skliar (1998) e Strobel (2008), além de documentos oficiais como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

O processo de análise consistiu em leitura exploratória, fichamento temático e análise interpretativa do conteúdo, com o objetivo de identificar os principais desafios, avanços e propostas relacionadas à inserção da LIBRAS no ensino fundamental. Essa metodologia permitiu uma compreensão aprofundada do tema a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada.

Quadro 1 – Obras utilizadas na revisão de literatura

Autor(es)	Título do Texto	Ano	Tipo de Publicação
Skliar, Carlos	A surdez: um olhar sobre a diferença	1998	Livro
Strobel, Karin	As imagens do outro sobre a cultura surda	2008	Livro
Perlin, Gládis	Educação de surdos: políticas, formação e práticas pedagógicas	2010	Livro

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. Resultados e Discussão

A inserção da LIBRAS no Ensino Fundamental é apresentada como um processo que transcende a conformidade legal, exigindo uma reconfiguração pedagógica que reconheça a surdez como uma identidade cultural e a língua de sinais como o eixo central da aprendizagem. Os resultados da pesquisa indicam que a inclusão efetiva ainda é limitada por uma formação docente superficial, pela carência de materiais didáticos visuais e por currículos excessivamente centrados na oralidade, o que muitas vezes reduz a participação do aluno à dependência do intérprete. Para superar a lógica da "normalização", discute-se a necessidade de políticas públicas que garantam uma educação bilíngue real, pautada na valorização da diferença, no

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

protagonismo da comunidade surda e na adaptação estrutural das escolas para assegurar equidade e qualidade no ensino.

5. Conclusão

A inserção da LIBRAS no Ensino Fundamental representa um passo fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos. No entanto, essa inserção ainda enfrenta inúmeros desafios, que vão desde a formação inadequada dos docentes até a escassez de materiais didáticos acessíveis e a falta de políticas públicas eficazes. Conforme discutido ao longo do trabalho, a perspectiva bilíngue — com a LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda — é a mais adequada para garantir o acesso ao conhecimento e à cidadania dos estudantes surdos. Para que isso se efetive, é imprescindível investir na formação inicial e continuada de professores, na contratação de intérpretes qualificados, na produção de recursos didáticos em LIBRAS e na criação de ambientes escolares que acolham e respeitem a cultura surda.

Além disso, é necessário compreender que a inclusão não se limita à presença física do estudante na sala de aula. Ela exige transformação nas práticas pedagógicas, nos currículos e nas atitudes da comunidade escolar. A escola deve ser um espaço de convivência democrática, onde a LIBRAS seja não apenas ensinada, mas vivenciada como elemento constitutivo do processo educativo.

É fundamental que o processo de inclusão não seja conduzido para os surdos, mas com os surdos, reconhecendo seus saberes, experiências e formas próprias de expressão e aprendizagem. A cultura surda, com sua riqueza linguística, artística e social, deve ocupar um lugar de centralidade nas discussões sobre o currículo e as práticas pedagógicas. Isso contribui não apenas para o fortalecimento da identidade surda, mas também para a construção de uma escola mais plural, aberta ao diálogo e ao reconhecimento das múltiplas formas de ser e de aprender.

A inserção da LIBRAS, portanto, não é apenas uma questão técnica ou legal, mas profundamente ética e política. Ela envolve o compromisso com uma educação emancipadora, que não exclua, silencie ou invisibilize, mas que acolha, valorize e potencialize a diversidade humana em todas as suas expressões. Nesse sentido, a inclusão de estudantes surdos no Ensino Fundamental, com base na valorização da LIBRAS e da cultura surda, deve ser entendida como um direito inalienável e como um indicativo do grau de justiça e de humanidade de nosso sistema educacional.

Avançar nessa direção exige vontade política, investimento público e mudança de mentalidade, mas, sobretudo, requer sensibilidade, escuta e coragem para romper com modelos excludentes e construir coletivamente uma escola que verdadeiramente ensine, aprenda e transforme.

Por fim, reafirma-se a importância da escuta e do protagonismo das próprias pessoas surdas na formulação de políticas e práticas educacionais. Apenas com a participação ativa dessa comunidade será possível construir caminhos sustentáveis e coerentes para uma educação que respeite a diferença e promova a equidade.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://censobasico.inep.gov.br/censobasico_2023/.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o PNE para o decênio 2014–2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERLIN, Gládis. Educação de surdos: políticas, formação e práticas pedagógicas. Porto Alegre: Mediação, 2010.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/12/2025 - **Accepted:** 20/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/gyegth24
Pages: 1-11

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua de sinais e o professor: atuação e parceria. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 45, n. 2, p. 385-397, 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639582. Acesso em: 22 maio 2025.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. Petrópolis: Arara Azul, 2008.